

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao exercício anterior em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuais Independentes.

A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Em 30 de julho de 2018 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, sem restrições, o novo modelo de parceria entre os acionistas, conforme fato relevante divulgado em 26 de junho de 2018. Após aprovação pela SUSEP, a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram em 30 de novembro de 2018, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do 2º aditivo ao acordo do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. A partir de 30 de novembro de 2018, as empresas BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A. formam o novo grupo Brasilseg.

Prêmios emitidos

Em 2018, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 636,1 milhões, aumento de 5,2% em relação ao ano anterior, alcançado pela carteira de massificados, que apresentou crescimento de 6,9% em relação ao ano anterior, como consequência de campanhas de vendas nas agências do Banco do Brasil.

Despesas administrativas

No exercício de 2018 o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 11,4%, com redução de 0,1 p.p. em relação ao exercício anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela empresa, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		657.193	577.348
Disponível	5	8.049	224
Caixa e bancos		8.049	224
Equivalentes de caixa	5	5.003	190
Aplicações	6	278.835	218.723
Créditos das operações com seguros e resseguros		169.260	174.254
Prêmios a receber	8	153.006	147.652
Operações com seguradoras		1.135	3.682
Operações com resseguradoras	9a	15.119	22.920
Outros créditos operacionais		2.152	9.532
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	84.432	74.459
Títulos e créditos a receber		39.809	34.122
Títulos e créditos a receber	10	4.887	3.272
Créditos tributários e previdenciários	26b	34.020	29.806
Outros créditos		902	1.044
Outros valores e bens		848	616
Bens a venda		848	616
Despesas antecipadas		280	488
Custos de aquisição diferidos	19	68.525	64.740
Seguros		68.525	64.740
Ativo não circulante		316.951	338.974
Realizável a longo prazo		292.843	291.698
Aplicações	6	217.471	205.740
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	29.417	27.311
Títulos e créditos a receber		42.826	56.137
Créditos tributários e previdenciários	26b	21.217	32.590
Depósitos judiciais e fiscais	23a	21.609	23.547
Custos de aquisição diferidos	19	3.129	2.510
Seguros		3.129	2.510
Investimento		281	298
Participações societárias		281	298
Imobilizado	11	231	238
Bens móveis		231	238
Intangível	12	23.596	46.740
Outros intangíveis		23.596	46.740
Total do ativo		974.144	916.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 36,6 milhões, com aumento de 7,0% em relação ao ano anterior. As receitas financeiras atingiram o patamar de R\$ 43,8 milhões, com redução de 11,3% em relação ao exercício anterior, impactada principalmente pela redução da taxa SELIC média do período.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 7,2 milhões, com redução 52,6% em relação ao ano anterior. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declarou deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 98,7 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2018 foi de 93,6%, redução de 14,2 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2018 foi de 88,5%, redução de 13,7 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 44,8 milhões, contra R\$ 2,5 milhões de prejuízo em 2017. O lucro líquido por ação foi de R\$ 2.437,94 em 2018 e prejuízo por ação de R\$ 137,47 em 2017.

Investimentos e novos negócios

A Seguradora fez investimentos no montante de R\$ 3,9 milhões no exercício de 2018, destinados a sistemas de informática.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:

- cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em lei e

limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Seguradora a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;

- obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem;
- distribuição à Acionista, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Seguradora.

No exercício foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R\$ 31,2 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 23,2 milhões e R\$ 8,0 milhões, respectivamente, em reuniões realizadas em 20 de fevereiro, 20 de agosto e 10 de setembro de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da Aliança do Brasil Seguros, parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	25b	636.082	604.427
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(12.746)	6.148
(=) Prêmios ganhos	25a	623.336	610.575
(+) Receita com emissão de apólice		2.982	2.971
(-) Sinistros ocorridos	25c	(275.622)	(243.400)
(-) Custos de aquisição	25d	(195.066)	(190.755)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	3.233	(25.853)
(+/-) Resultado com resseguro	25f	(26.835)	(110.874)
(+) Receita com resseguro		64.885	9.690
(-) Despesas com resseguro		(91.720)	(120.564)
(-) Despesas administrativas	25g	(71.123)	(70.053)
(-) Despesas com tributos	25h	(20.882)	(18.905)
(+) Resultado financeiro	25i	36.577	34.183
(+) Receitas financeiras		43.829	49.420
(-) Despesas financeiras		(7.252)	(15.237)
(+) Resultado patrimonial		10	6
(=) Resultado operacional		76.610	(12.105)
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(831)	(1.159)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		75.779	(13.264)
(-) Imposto de renda	26a	(16.319)	7.437
(-) Contribuição social		(14.509)	5.297
(-) Participações sobre o resultado		(188)	(1.994)
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		44.763	(2.524)
(/) Quantidade de ações		18.361	18.361
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido por ação		2.437,94	(137,47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	44.763	(2.524)
Outros resultados abrangentes	10	93
Variação líquido no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	18	169
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(8)	(76)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	44.773	(2.431)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	44.763	(2.524)
Ajustes para:	228.575	254.808
(-) Depreciação e amortização	10.959	9.114
Perda por redução ao valor recuperável	(39.702)	59.888
Variação dos custos de aquisição diferidos	(4.404)	771
Variações das provisões técnicas (nota 2b)	258.642	183.720
Ativo fiscal diferido	8	77
Ganhos e perdas na alienação de imobilizado	831	1.159
Outros ajustes	2.241	79
Variação nas contas patrimoniais:	(221.622)	(170.917)
Aplicações	(71.843)	(1.479)
Créditos das operações de seguros e resseguros	27.460	121.427
Ativos de resseguro e retrocessão	(12.079)	31.991
Créditos fiscais e previdenciários	7.151	(27.845)
Despesas antecipadas	208	(91)
Outros ativos	5.770	(3.243)
Depósitos judiciais e fiscais	1.938	(1.843)
Impostos e contribuições	20.714	12.981
Outras contas a pagar	(9.048)	(17.218)
Débitos de operações com seguros e resseguros	25.908	(43.189)
Depósitos de terceiros	(2.529)	(12)
Provisões técnicas - seguros (nota 2b)	(201.814)	(252.793)
Provisões judiciais	(2.867)	(1.822)
Outros passivos	(2.607)	(11.526)
Ajustes de valor justo - títulos disponíveis para venda	(10.939)	93
Caixa gerado pelas operações	51.716	81.367
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(10.548)	(15.662)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(8.498)	(17.599)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	32.670	48.106
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	14.041	149
Investimento	17	149
Imobilizado	145	-
Intangível	13.879	-
Pagamento pela compra:	(4.073)	(9.028)
Imobilizado	(201)	(151)
Intangível	(3.864)	(8.877)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	9.968	(8.879)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(30.000)	(46.265)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(30.000)	(46.265)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	12.638	(7.038)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	414	7.452
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.052	414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, parágrafos 3º e 7º e artigo 7º é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros sobre cobertos sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **ii) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **iii) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **iv) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **v) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **vi) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **vii) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **viii) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **ix) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **x) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **xi) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **xii) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **xiii) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **xiv) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados sob a rubrica "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **xv) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solv

← Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

For constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de aplicação. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. Seguindo orientação da SUSEP - Sinistros versus Outras despesas operacionais, disponibilizada em julho de 2018, houve a migração do saldo das ações judiciais classificadas como Provisões de Outras Contingências Cíveis - POCCL para PSL, exceto para os casos oriundos de Danos DPVAT. A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder nos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Seguradora no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos mensalmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 34,95% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de baixo provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados - i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com apertadoristas:** A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilseg Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outras benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos, reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, a Seguradora realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **t) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.
Estrutura de gerenciamento de riscos: A gestão e mitigação de cada um dos riscos é de caráter dinâmico, interativa e de caráter proativo às mudanças relacionadas a eventos internos e externos que modificarem o contexto e o posicionamento da Brasilseg, compreendendo abordagens quantitativas e qualitativas, organizadas e integradas. Foi estabelecido um modelo de Governança de Riscos para as empresas da Brasilseg, envolvendo desde as Unidades Operacionais até a Alta Direção, permeando as três linhas de defesa, tendo sido designados papéis específicos para os diversos atores. Cabe, em última instância, ao Conselho de Administração zelar pela adequação da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e aprovar o Apetite por Risco e a Política de Gestão de Riscos. E de responsabilidade da Administração monitorar as exposições a riscos e avaliar periodicamente a eficácia da EGR, por intermédio de insumos providos pelo Gestor de Riscos, Auditoria Interna e Comissão de Seguros, Segurança e Sustentabilidade (CRSS). A Auditoria Interna deve avaliar, no mínimo anualmente, o atendimento dos dispositivos estabelecidos na legislação, sendo admitida a adoção de enfoque de rotação de ênfase, assegurando-se que todos os processos relevantes para a EGR sejam auditados pelo menos uma vez a cada 3 anos. O escopo da Auditoria Interna, além da avaliação da EGR, está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. A Auditoria Interna fornece, assim, análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. Essa abordagem multi-camadas proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital e liquidez, dentre outras. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Brasilseg conta com os seguintes comitês:

- **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa da Brasilseg, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Brasilseg.
- **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- **Comitê de riscos:** Constituído como Órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, no âmbito da estrutura de governança corporativa da Brasilseg, tendo por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Conselho de Administração nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuarial, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Brasilseg. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte.
Risco de subscrição: A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas.
Concentração de riscos: As exposições a concentração de passivos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro

Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)		Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)	
Região geográfica	Danos	2018	%	Danos	2018	%	%
Centro Oeste	103.293	17%		83.549	15%		
Nordeste	87.963	14%		84.732	16%		
Norte	30.306	5%		28.081	5%		
Sudeste	266.501	43%		232.866	43%		
Sul	127.990	21%		112.126	21%		
Total	616.053	100%		541.354	100%		
Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)		Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)	
Região geográfica	Danos	2017	%	Danos	2017	%	%
Centro Oeste	129.466	22%		123.955	25%		
Nordeste	91.165	16%		88.508	17%		
Norte	29.996	5%		29.153	6%		
Sudeste	208.230	36%		163.464	32%		
Sul	119.693	21%		103.620	20%		
Total	578.550	100%		508.700	100%		

(*) As operações estão liquidadas de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (5.676) e R\$ 25.705 (R\$ (7.662) e R\$ 33.539 em 31 de dezembro de 2017). (**) As operações estão liquidadas de RVNE de resseguro no

montante de R\$ 1.649 (R\$ 1.662 em 31 de dezembro de 2017).
Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:
a) Provisões técnicas: i. Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso.
b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	2018		Impacto no patrimônio líquido/ resultado(bruto de impostos)
	Sensibilidade	2018	
a. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(1.919)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(10.547)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A. foi considerado a *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating	2018				2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AA	1.827	–	47	1.874	–	30	–	30
AA-	–	110	133	243	6.235	–	(169)	6.066
A+	43.959	–	–	43.959	45	1.649	–	1.694
A	3.419	13.572	–	16.991	18.236	6.095	–	24.331
A-	–	7.676	623	8.299	37.729	–	–	37.729
BrAAA	834	–	–	834	–	–	–	–
BrAAA+	29	–	–	29	–	–	–	–
Sem rating	2.470	–	–	2.470	–	–	–	–
Total	52.538	21.358	803	74.699	62.245	7.774	(169)	69.850

(*) Não inclui RVNE no montante de R\$ 1.649 (R\$ 1.662 em 31 de dezembro de 2017). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns fatos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna.
Gerenciamento do risco de risco: A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com raras exceções no caso de rebaixamento do *rating* em Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativos financeiros - rating	2018						Total
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	BBB-	
Títulos de renda fixa públicos (*)	493.601	–	–	–	–	–	493.601
Certificado de depósito bancário	–	81	–	–	–	–	81
Debêntures	1.393	–	309	137	409	–	2.248
Depósito a prazo com garantia especial	–	–	–	–	–	105	105
Letras financeiras	271	–	–	–	–	–	271
Total	495.265	81	309	137	409	105	496.306

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 177.976 com lastro em títulos públicos.

Ativos financeiros - rating	2017		Total
	AAA	Sem rating	
Títulos de renda fixa públicos (*)	419.209	–	419.209
Fundos de investimento em direitos creditórios	5.020	–	5.020
Outras aplicações	–	234	234
Total	424.229	234	424.463

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress*, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado, previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.
Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.
Exposição ao risco de liquidez: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.
Gerenciamento do risco de liquidez: A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Financeira e Administrativa e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, isto não é procedente, uma vez que mantêm aplicações financeiras classificadas como disponível para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

2018	Até		De 1 a	Acima de	Total
	1 ano	5 anos			
Ativo					
Disponível	8.049	–	–	–	8.049
Equivalentes de Caixa	5.003	–	–	–	5.003
Aplicações (*)	178.497	221.330	807	400.634	
Créditos das operações com seguros e resseguros	169.260	–	–	169.260	
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	100.943	11.804	1.102	113.849	
Outros créditos operacionais	2.152	–	–	2.152	
Títulos e créditos a receber (**)	5.789	–	–	5.789	
Outros valores e bens	848	–	–	848	
Despesas antecipadas	280	–	–	280	
Custos de aquisição diferidos	68.525	3.129	–	71.654	
Total do ativo	539.346	236.263	1.909	777.518	
Passivo					
Provisões técnicas (*)	444.587	44.477	3.689	492.753	
Contas a pagar	33.066	–	–	33.066	
Débitos das operações com seguros e resseguros	85.947	–	–	85.947	
Depósitos de terceiros	14.536	–	–	14.536	
Total do passivo	578.136	44.477	3.689	626.302	

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Hierarquia do valor justo	Até			Acima de 5 anos	Vencimento Sem vencimento	Valores contábil			Ganho/perda não realizada	Ativos			Total			
		1 ano	5 anos	5 anos			(D)	(E = A + B + C + D)	(F)		(G)	(G - F)	2018		%	2017	%
		(A)	(B)	(C)			(D)	(E)	(F)		(G)	(H)					
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		22.282	3.859	807	251.887	278.835	278.828	278.835	7	278.835	56%	208.005	49%				
Fundos de investimentos		22.282	3.859	807	251.887	278.835	278.828	278.835	7	278.835	100%	202.985	98%				
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	–															

→*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito é de R\$ 128.856 (R\$ 128.856 em 31 de dezembro de 2017 totalmente integralizado), e está representado por 18.361 ações nominativas sem valor nominal (18.361 em 31 de dezembro de 2017), sendo 18.201 ordinárias e 160 preferências, está sem direito a voto.

b) Dividendos e remunerações aos acionistas: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos excedentes o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorre primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora.

Lucro líquido do exercício	44.763
Constituição da reserva legal (5%)	(2.238)
Lucro líquido ajustado	42.525
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.631
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	8.000
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	23.200
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	31.200
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%
Distribuição dos dividendos:	
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	30.928
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	272
Quantidade de ações:	
Ações ordinárias	18.201
Ações preferenciais	160
Dividendos distribuídos por ações:	
Ações ordinárias	1.699,25
Ações preferenciais	1.699,25

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta dos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Custo de aquisição %	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Compreensivo residencial	207.479	156.664	37,55%	38,37%	33,95%	35,47%
Compreensivo empresarial	142.003	168.949	41,24%	41,34%	36,08%	32,91%
Riscos diversos	93.755	101.977	27,47%	21,39%	58,45%	61,01%
Crédito interno	67.423	64.000	53,63%	59,41%	9,45%	9,61%
Riscos nomeados e operacionais	35.428	38.708	65,08%	51,09%	11,36%	10,20%
DPVAT	25.553	33.394	81,49%	84,51%	1,21%	1,20%
Demais ramos	51.695	46.883	64,54%	12,13%	15,27%	14,77%
Total	623.336	610.575	44,22%	39,87%	31,29%	31,25%
					2018	2017
					636.082	604.427

b) Prêmios emitidos

Prêmios diretos	623.754	597.978
Prêmios de cossegueros aceitos	11.387	1.089
Prêmios de cossegueros cedidos	(24.764)	(30.708)
Repasse DPVAT	25.705	33.539
Recuperação de custos iniciais de contratação (*)	-	2.529

c) Sinistros ocorridos

(275.622)	(243.400)
Sinistros	(218.859)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(16.417)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(18.379)
Salvados	(19.305)
Ressarcimentos	17.140
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(15.001)
Despesa de assistência	(24.377)

d) Custo de aquisição

(195.066)	(190.755)
Comissões	(137.030)
Comissões estipulantes	(51.762)
Recuperação de comissões	1.419
Variação das despesas de comercialização diferidas	4.404
Despesas com apólices e/ou contratos	(10.697)
Despesas com inspeção de riscos	(1.400)

e) Outras receitas e despesas operacionais

3.233	(25.853)
Contingências civis	(349)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber e títulos e créditos a receber	1.395
Redução ao valor recuperável - sinistros a recuperar	8.403
Despesas com cobrança	(3.442)
Apólices e contratos	(58)
Outras despesas operacionais	(2.716)

f) Resultado com resseguro

Recita com resseguro	64.885	9.690
Recuperação de indenização - direto	43.696	17.527
Recuperação de indenização - cosseguro aceito	18.127	(6.107)
Recuperação de indenização - IBNR	2.957	(1.727)
Recuperação de indenização - PDR IBNR	105	(3)

Despesas com resseguro

(91.720)	(120.564)
Prêmios de resseguro - direto	(85.977)
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(11.494)
Prêmio de resseguro cancelados	7.023
Prêmio de resseguro restituídos	647
Variação das provisões de resseguro	(1.709)
Salvados e ressarcimentos	(210)

g) Despesas administrativas

(71.123)	(70.052)
Pessoal próprio	(35.930)
Serviços de terceiros	(11.037)
Localização e funcionamento	(16.217)
Publicidade e propaganda	(1.173)
Despesas de compartilhamento	(2.299)
Outras despesas administrativas	(4.467)

h) Despesas com tributos

(20.882)	(18.905)
COFINS	(16.324)
COFINS - Crédito tributário	1.010
PIS	(2.669)
PIS - Crédito tributário	175
Taxa de fiscalização	(3.189)
Outras despesas com tributos	115

i) Resultado financeiro

36.577	34.183
Resultados financeiros	43.829
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	14.533
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	7.169
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	8.435
Juros sobre equivalentes de caixa	84
Operações de seguros	11.284

Oscilação cambial	844	(4.596)
Atualização monetária de depósitos judiciais	815	1.181
Receitas com ações	-	1.766
Outras receitas financeiras	665	1.086
Despesas financeiras	(7.252)	(15.237)
Operações de seguros	(6.220)	(9.178)
Oscilação cambial	(2.493)	(5.866)
Taxa de administração	(1.065)	(1.269)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	2.723	(9.716)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar administrativo	(1.648)	2.054
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar judicial	1.508	8.925
Outras despesas financeiras	(57)	(187)

(*) Conforme Circular SUSEP nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG). **j) Determinação se um contrato contém um arrendamento:** • A Brasilseg por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros) e a MAPFRE por meio das suas seguradoras (MAPFRE Seguros Gerais S.A., BrasiVehículos Companhia de Seguros e MAPFRE Vida S.A.), mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contrato de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças. • Em 30 de novembro de 2018 o novo acordo firmado entre os acionistas alterou os preceitos originais dos referidos contratos, estabelecendo novas condições para a Brasilseg, conforme apresentado abaixo: • Edifício Torre Alfa: 8 pavimentos e mezanino da ALA A. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 19.413 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-C/MPGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV; • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. A Brasilseg avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2018, estão demonstrados a seguir:

Seguradora	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
Arrendamento	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	presente	futuro	damento
Sede Brasilseg	3.084	3.084	10.170	13.605	14.974	45.001	28.228	61.690	2.328
Call Center - Franca	364	378	1.313	1.657	937	1.580	2.614	3.615	105
Call Center - São Carlos	-	-	-	-	-	-	-	-	398
Total	3.448	3.462	11.483	15.262	15.911	46.581	30.842	65.305	2.831

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

		2018	2017
	Imposto de renda	75.591	75.591
	Contribuição social	(15.258)	(15.258)

Lucro antes dos impostos e após participações

Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(18.874)	(15.118)	3.838	3.051
Diferenças temporárias	5.581	(81)	(68)	(37)
Diferenças permanentes	(2.181)	(81)	(68)	(37)
Juros sobre o capital próprio	2.000	1.600	3.225	2.580
Deduções incentivadas	615	-	80	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.896)	(9.134)	(367)	(360)
Constituição/reversão de crédito tributário	(5.581)	(4.465)	7.443	5.954
Ajustes relativos a exercícios anteriores	158	119	361	265
Ajuste de crédito tributário da alíquota da CSLL (*)	-	(1.029)	-	(562)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(16.319)	(14.509)	7.437	5.297
Alíquota efetiva (%)	22%	19%	49%	35%

(*) Ajuste de crédito tributário da alíquota da CSLL, sobre as diferenças temporárias decorrentes das provisões em virtude da alteração da alíquota que ocorrerá a partir de janeiro de 2019 de acordo com a Lei nº 13.169/2015.

b) Créditos tributários e previdenciários

	2017	Constituições	Reversões	2018
Tributos a compensar	13.583	13.508	(4.268)	22.814
PIS/COFINS	6.122	5.555	(4.079)	7.598
Tributos retidos na fonte	10.101	3.837	(10.330)	3.608
Total circulante	29.806	22.892	(18.678)	34.020

Diferenças temporárias IR/CS:

Contingências tributárias	1.904	173	(179)	1.898
Contingências civis	5.627	3.173	(7.558)	935
Provisão para riscos de crédito	18.121	719.491	(725.400)	12.212
Provisão para participação nos lucros	1.014	13.253	(13.898)	369
Outras provisões	2.227	819	(949)	2.097
Ajustes de títulos a valor de mercado	13	230	(238)	5
PIS/COFINS	3.991	1.172	(1.462)	3.701
Total não circulante	32.590	738.311	(749.684)	21.217

c) Estimativa de realização dos créditos tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano	Valor	%
2019	3.975	22,70%
2020	2.047	11,69%
2021	2.047	11,69%
2022	2.047	11,69%
2023	7.396	42,23%
Total	17.512	100,00%

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem a Brasilseg, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas da Brasilseg, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Seguradora somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto. A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2018	2017
a) Sumário das transações com partes relacionadas	116.000	92.008
Ativo circulante	8.048	183
Bancos		
Banco do Brasil S.A.	Acionista	8.048
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador		
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	25.157
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	7.092
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.	Coligada	2.808

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Aliança do Brasil Seguros S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

KPMG

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

Anexo I
Aliança do Brasil Seguros S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2018
Total de provisões técnicas	588.358
Total de provisões técnicas auditadas(*)	492.753
Total de ativos de resseguro	113.849
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	9.783
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões Técnicas auditadas (a)	492.753
Valores redutores auditados (b)	217.978
Total a ser coberto a (a-b)	274.775
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	96.528
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	96.528
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	212.710
Exigência de Capital (CMR) (b)	96.528
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	116.182
Ativos Garantidores (d)	400.634
Total a ser Coberto (e)	2



Seguros para Vida